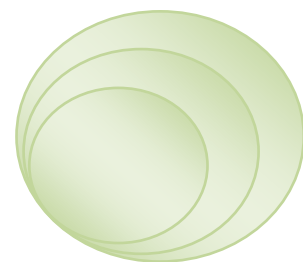


O Papel Mediador da Imprensa Periódica na Divulgação da Cultura Britânica em Portugal ao Tempo do Romantismo (1836-1865): Matérias e Imagens¹



Maria Zulmira Castanheira
CETAPS²
FCSH-UNL

“O jornalismo, o vapor e os carris-de-ferro são, segundo se diz, os três mais poderosos agentes da civilização moderna que hoje se conhecem; e d’entre elles o jornalismo é o mais poderoso.” Este pensamento, expresso no número 48, de 21 de Maio de 1846 (Tomo V), da *Revista Universal Lisbonense* (Lisboa, 1841-1859),³ um dos mais influentes periódicos do Romantismo português, apostado na educação popular através da leitura e em contribuir para o progresso nacional, ilustra bem a força já então reconhecida ao jornalismo e a profunda crença na sua missão civilizadora.

Ao referir-se às “práticas significativas” que desempenham nos nossos dias um papel determinante na vida social, Raymond Williams, em *Culture*, menciona precisamente o jornalismo:

Thus there is some practical convergence between (i) the anthropological and sociological senses of culture as a distinct “whole way of life”, within which, now, a distinctive “signifying system” is seen not only as essential but as essentially involved in all forms of social activity, and (ii) the more specialized if also more common sense of culture as “artistic and intellectual activities”, though these, because of the emphasis on a general signifying system, are now much more broadly defined, to include not only the traditional arts and forms of intellectual production but also all the “signifying practices” – from language



through the arts and philosophy to journalism, fashion and advertising – which now constitute this complex and necessarily extended field. (Williams 13)

Se é impossível negar a sua grande importância e enorme poder de influência nas sociedades actuais, não nos devemos esquecer de que foi ao longo do século XIX que a imprensa periódica começou a conquistar a extraordinária força que hoje possui, graças à expansão proporcionada pelos progressos técnicos e pelas novas regras económicas que lhe foram aplicadas (nomeadamente, a utilização da publicidade como fonte de receita), o que a tornou uma indústria rentável, apoiada num público consumidor cada vez mais alargado e heterogéneo.

Vivendo ao sabor dos acontecimentos, das ideologias provenientes dos mais diferentes quadrantes, das modas, o jornalismo espelha o fervilhar da vida na sua complexidade de manifestações, sistemas de ideias, valores e princípios, o pulsar das sensibilidades e das tendências do gosto. Atravessado pelo histórico, pelo social, respondendo à curiosidade pelo que se faz, pensa e diz, pelo que sucede de novo ou pelo que já aconteceu e por determinado motivo se afigura relevante relembrar, constitui um repositório com grande valor documental para a reconstituição de uma época. No intuito de ir ao encontro dos interesses variadíssimos do público, abre-se aos mais diversos temas, residindo nessa mesma diversidade temática uma das suas mais-valias enquanto testemunho da heterogeneidade de actividades que marcam um tempo e uma sociedade. A menor ou maior atenção que presta ao que se passa no estrangeiro pode ser sintoma de que é originário de uma cultura fechada, ou, pelo contrário, de uma cultura aberta ao Outro, disponível para a troca de ideias e saberes e capaz de ver essa experiência como uma oportunidade de enriquecedora aprendizagem. Enquanto mediadores de contactos e transferências culturais, os jornais e revistas podem ser, pois, um importante indicador a ter em conta na avaliação das resistências que uma cultura opõe ao diferente e à inovação, ou da sua curiosidade pelo que é estranho e permeabilidade à incorporação de novos elementos.

Tendo-se desenvolvido extraordinariamente após a vitória definitiva do Liberalismo (1834), o qual trouxe consigo a liberdade de imprensa necessária a tal



florescimento, os jornais e revistas portuguesas da época romântica, aqui balizada entre 1836 e 1865, duas datas que reúnem bastante consenso ao nível da delimitação periodológica, fizeram um enorme esforço de divulgação cultural, tornando-se o mais influente meio de difusão de ideias e de formação de correntes de opinião e de gosto. Neles colaboraram os maiores escritores de então, nomeadamente os dois nomes que dominaram a primeira geração romântica portuguesa, Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877), os quais, cívica e politicamente empenhados, tiveram plena consciência do incomparável papel e alcance social da imprensa periódica e a usaram para cumprir um programa de democratização da instrução, subordinado à ideia-mestra de difusão de “conhecimentos úteis”, na tentativa de promover a transformação das palavras em acção efectivamente reformadora da realidade portuguesa, em termos mentais e materiais. Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, ao analisarem o século XIX português, não hesitam em afirmar que a centúria de Oitocentos foi “indiscutivelmente o «século dos periódicos»” (Torgal e Vargues 692).

Para os românticos, o conhecimento do estrangeiro era um factor de progresso nacional, pelo que a imprensa periódica, afigurando-se-lhes como um meio privilegiado através do qual se “trata as intelligencias dos diversos paizes, e [se] bebe a largos tragos na taça da sabedoria”, para citarmos as palavras de Alexandre Herculano na “Introdução” ao primeiro número (6 de Maio de 1837) de *O Panorama* (Lisboa, 1837-1868), ao tempo em que era redactor principal daquela importantíssima revista semanal, concedeu um amplo espaço a artigos e notícias relacionados com outras realidades, nomeadamente a francesa e a britânica.⁴

A investigação que realizámos, a partir de um conjunto de cerca de trezentos jornais e revistas,⁵ essencialmente de carácter literário e cultural (de «instrução e recreio»), generalistas uns, especializados outros, publicados em Lisboa (capital política e administrativa), Porto (cidade comercial, industrial e financeira) e Coimbra (centro universitário), mostra, de facto, que a França tem neles uma presença dominante, dada a hegemonia cultural por ela exercida no decurso do Romantismo português – e para além dele. A preponderância do gosto francês no Portugal oitocentista, patente nos meios intelectuais e no próprio afrancesamento dos



costumes, reflecte-se no periodismo da época, basto em traduções, versões, adaptações e críticas relativas à literatura francesa, e igualmente abundante na divulgação de ideias, teorias, feitos, usos e práticas franceses, apresentados como produtos de uma nação avançada, culta e polida, um modelo a imitar.

Mas em termos civilizacionais a Grã-Bretanha também era, a muitos títulos, admirável, e o seu imenso poderio no contexto mundial despertava um enorme interesse jornalístico, que se traduziu em milhares de notícias, da mais diversa índole, vindas a público nos jornais e revistas. As realizações da Revolução Industrial haviam-na catapultado para a ribalta, e a sua grandeza marítima e colonial à escala internacional tornavam-na um assunto incontornável. Além disso, a multissecular aliança luso-britânica contribuiu para o alargamento do espaço ocupado pela Grã-Bretanha no jornalismo português do século XIX. Este, ao serviço de diferentes posições ideológicas e políticas, acompanhou o evoluir das relações entre as duas nações – pouco pacíficas ao longo de Oitocentos, pois à forte ingerência inglesa nos nossos assuntos internos, que dividia partidos e provocava animosidades, veio juntar-se, devido às ambições expansionistas da Inglaterra em África, uma sucessão de conflitos que culminariam com o Ultimato inglês de 1890 – e reflectiu os sentimentos, por vezes contraditórios, dos portugueses pelos seus velhos aliados de além-Mancha.

Por se tratar de um campo vocacionado para acolher uma pluralidade de modos de expressão, que vão dos textos não-funcionais de cariz literário aos funcionais de índole intencionalmente instrutiva e utilitária, e estando ao serviço de múltiplos fins e necessidades, a pesquisa de material relacionado com a Grã-Bretanha na imprensa periódica em apreço conduziu-nos a um *corpus* extremamente numeroso, heterogéneo e diversificado. Entre textos literários em prosa e verso traduzidos de autores famosos, passando pelo bem mais vasto conjunto de folhetins, muitas vezes de origem desconhecida, destinados a preencher os momentos de ócio de uma burguesia que se deleitava com uma ficção melodramática, sentimental e de aventuras, e o grosso do material que separámos, composto por artigos de divulgação e de opinião, compilámos mais de cinco mil, de



extensão também muito variável, desde breves referências em curtas linhas até textos mais longos, por vezes ocupando várias páginas.⁶

Evidentemente que nem todos os artigos possuem o mesmo grau de importância; e há que distinguir entre aqueles inteiramente dedicados às Ilhas Britânicas e os que, não lhes sendo exclusivamente consagrados, apresentam no entanto, em algum momento, passagens relevantes para o objecto em análise. Outro dado a equacionar relaciona-se com a proveniência dos textos. Originais portugueses uns, traduzidos outros⁷ – a maioria, aliás –, ressalta do *corpus* coligido a enorme dívida dos jornais e revistas nacionais para com a imprensa periódica estrangeira, o que se ficou a dever essencialmente a razões económicas. Na verdade, saía bem mais barato e mais rápido traduzir e adaptar notícias de jornais congêneres estrangeiros a encomendá-las a colaboradores nacionais, pelo que era comum incluir material publicado na imprensa internacional, sobretudo francesa, mas também britânica.

Dado que o estudo que empreendemos se situa no âmbito abrangente da cultura enquanto contexto global, e entendendo esta como “um fenómeno geral definido por modos de pensar, de sentir e de agir, integrados em estruturas de significação” (França 9), em que todos os acontecimentos e comportamentos sociais devem ser considerados, adoptámos, desde o princípio, um critério de total abertura quanto aos textos a ter em conta, não pretendendo inventariar apenas os literários – pois a literatura é, na perspectiva da antropologia cultural, apenas um “testemunho” entre muitos outros – e sim todos aqueles (sobre história, geografia, ciência, tecnologia, economia, instituições, artes plásticas, costumes, modas, etc., etc.) que permitissem definir o quadro geral do que foi dado a conhecer sobre a Grã-Bretanha a um público leitor oitocentista maioritariamente de classe média e que, aos poucos, foi incluindo camadas menos instruídas da população.

A partir do levantamento feito, é possível identificar no material jornalístico compilado os grandes traços das imagens das Ilhas Britânicas que ele projectou junto da sociedade portuguesa da época (hetero-imagens), e inquirir se esse *olhar para fora*, em que o *Eu* que *olha* também necessariamente se revela – “Je «regarde» l’Autre; mais l’image de l’Autre véhicule aussi une certaine image de moi-



même” (Pageaux 137) –, não foi devolvido aos próprios observadores portugueses, levando-os a reflectir sobre o seu próprio ser e o seu próprio espaço (auto-imagens).

Do exame atento do conteúdo dos jornais e revistas sobressai que o espaço ocupado pela Grã-Bretanha no volume do que se lia então em Portugal na imprensa periódica se dispersava por artigos que abrangiam um leque muito variado de matérias, a comprovar que, sofrendo o nosso país de um acentuado atraso cultural em relação às nações evoluídas da Europa, consideravam os responsáveis e colaboradores que urgia fornecer aos portugueses não apenas a *cultura humanística* tradicionalmente transmitida pelo sistema de ensino, mas também, e principalmente, uma *cultura científica* adaptada aos novos tempos e conducente à construção da sociedade democrática, industrial, urbana, moderna que se sonhava para Portugal.

Assim, a preocupação de informar e formar a opinião pública fornecendo-lhe uma bagagem cultural que alargasse e actualizasse os horizontes mentais de um povo há muito imerso na ignorância traduziu-se na difusão de saberes pragmáticos e inovadores, que o utilitarismo liberal pretendia que fossem simultaneamente proveitosos para o equacionamento e resolução dos problemas concretos que afligiam a sociedade portuguesa e para a vida do cidadão comum. Surgem por isso publicados textos sobre agricultura, comércio, indústria, técnica e ciência, particularmente a medicina, áreas em que as Ilhas Britânicas muito se haviam desenvolvido e tinham, portanto, bastante a ensinar a Portugal. Sobre estas matérias vinham a lume textos quer teóricos, quer de carácter prático, dando a conhecer máquinas, processos e receitas que não só maravilhavam os leitores em geral pela sua novidade, como interessavam muito em especial aos indivíduos que trabalhavam nesses ramos de actividade.

Episódios históricos famosos, biografias de personagens célebres, descrições de viagens, monumentos, paisagens, costumes, curiosidades do mais diverso teor apareciam também regularmente, às vezes ilustrados com gravuras que tornavam a leitura não só mais atraente mas também mais eficaz, por possibilitarem uma imediata captação do que era descrito. A Grã-Bretanha está igualmente



representada nas secções literárias, destinadas não apenas a alimentar e promover o gosto pelas belas-letras, mas a conquistar franjas de público com menos interesses técnico-científicos e com mais apetência por leituras recreativas e de evasão.

A publicidade é ainda uma outra dimensão a ter em conta, porquanto testemunha a entrada em moda de certos produtos de origem britânica, conotados com qualidade, bom gosto e refinamento. Os anúncios que encontramos fazendo publicidade a cursos de língua inglesa, presuntos, queijos, biscoitos, cerveja, bacalhau, sabonetes, perfumes, relógios, louças e talheres, medicamentos, jornais e livros ingleses são disso sinal (cf. Castanheira 2010).

A arrumação por assuntos do *corpus* recolhido conduziu-nos ao estabelecimento de trinta e uma categorias classificativas, que organizámos hierarquicamente, de acordo com o número de textos incluídos em cada uma delas: 1.º História e “Histórias” da História (692 registos); 2.º Literatura e Crítica Literária (593 registos); 3.º A Grã-Bretanha em Números (427 registos); 4.º Anedotas, Historietas e Factos Curiosos (404 registos); 5.º Inventos, Inovações Técnicas, Processos e Receitas (392 registos); 6.º Presença Britânica em Portugal (168 registos); 7.º Edifícios e Monumentos (167 registos); 8.º Ciência (165 registos); 9.º Comércio e Indústria (155 registos); 10.º Obras Públicas, Transportes e Comunicações (154 registos); 11.º Artes de Palco e Música (153 registos); 12.º Biografia (147 registos); 13.º Viagens e Explorações Geográficas (138 registos); 14.º Povo Britânico: Características, Costumes e Tradições (131 registos); 15.º Medicina e Saúde Pública (130 registos); 16.º Crime e Justiça (106 registos); 17.º Presença Portuguesa em Inglaterra (103 registos); 18.º Referências Bibliográficas (83 registos); 19.º Pensamentos e Máximas (82 registos); 20.º Geografia e Demografia das Ilhas Britânicas (76 registos); 21.º Agricultura, Pecuária, Floricultura e Jardinagem (75 registos); 22.º Belas-Artes (74 registos); 23.º Economia e Finanças (68 registos); 24.º Educação (62 registos); 25.º Instituições (50 registos); 26.º Entretenimento, Espectáculo e Desporto (46 registos); 27.º Acidentes e Catástrofes (40 registos); 28.º Sociedade (36 registos); 29.º Religião (32 registos); 30.º Imprensa Periódica (28 registos); 31.º Exército e Marinha (13 registos).⁸



Nesta realidade poliédrica constata-se a existência de cinco grandes núcleos temáticos – “História e «Histórias» da História”, “Literatura e Crítica Literária”, “A Grã-Bretanha em Números”, “Anedotas, Historietas e Factos Curiosos” e “Inventos, Inovações Técnicas, Processos e Receitas” –, destacando-se ainda assim, dentro deste grupo, os dois primeiros; segue-se um conjunto de doze categorias com um número de registos situado entre os cem e os duzentos e, por último, catorze secções com menos de uma centena de entradas, das quais seis não chegam mesmo a abarcar cinquenta artigos. Focaremos aqui, sucintamente, apenas as cinco de maior dimensão, por ordem crescente.

Pelo seu pioneirismo no arranque da Revolução Industrial, que lhe permitiu adiantar-se muito em relação às outras nações europeias, a Grã-Bretanha foi, no capítulo das ciências e técnicas, uma fonte inesgotável de notícias, das quais irradia a imagem de uma nação-modelo que, de forma ímpar, contribuía para o avanço do conhecimento humano (cf. Castanheira 2009). A imprensa periódica portuguesa não só foi acompanhando as novidades científicas e tecnológicas que a todo o momento marcavam a actualidade britânica, como por inúmeras vezes publicou historiais do importante papel desempenhado pela Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX para o progresso nestes domínios, destacando o extraordinário significado da nova forma de energia que veio revolucionar totalmente a indústria, o vapor, as vantagens da maquinização e os prodígios da mecânica. Domina a admiração profunda pelos grandes contributos dados pelos britânicos a nível dos meios de transporte, da agricultura e da criação de objectos que vieram tornar a vida mais fácil, cómoda e segura.⁹ Pela quantidade de notícias sobre meios de socorro às vítimas de acidentes no mar, pode dizer-se que este assunto mereceu dos nossos jornais e revistas uma atenção especial, o que se compreende por ser Portugal um país costeiro. Os mais diversos processos de fabrico, métodos e receitas usados e patenteados nas Ilhas Britânicas enchem também as páginas da imprensa periódica do nosso Romantismo, constituindo uma das suas vertentes mais instrutivas.¹⁰

Sob a designação “Anedotas, historietas e factos curiosos” englobámos anedotas e historietas protagonizadas por figuras britânicas de identidade desconhecida ou indefinida (“um inglez...”, “um irlandez...”, “certo escocez...”, “um



lord inglês...”, “o Conde de...”, etc.), bem assim como inúmeras curiosidades relativas à Grã-Bretanha. Lendo os mais de quatrocentos textos que formam este grupo, extraídos, na sua esmagadora maioria, da imprensa estrangeira (inglesa, francesa, alemã), percebemos que grande parte das curtas narrativas em causa possui uma natureza moralizante e/ou jocosa, destinando-se, portanto, a edificar e a provocar o riso. Valores como o amor maternal, a probidade, a coragem e a prudência são elogiados e promovidos. As “curiosidades” vão desde relatos de casos de pessoas britânicas de idade muito avançada, gordura excessiva ou grande força, passando por artigos sobre interessantes observações feitas por viajantes, militares e cientistas no mundo da natureza e sobre características especiais de alguns homens célebres,¹¹ até descrições de objectos por alguma razão notáveis, apontamentos acerca de pessoas¹² e animais prodigiosos¹³ e registos de acontecimentos inusitados ou imprevistos.¹⁴

Interessaram-nos em especial aqueles textos que põem em evidência traços e gostos colectivos considerados distintivos dos ingleses, nomeadamente a fleuma, o sentimento de superioridade face aos estrangeiros, o gosto por bebidas alcoólicas e a mania das apostas. A excentricidade foi também apontada como um dos traços essenciais do modo de ser inglês, podendo mesmo dizer-se, tendo em conta o elevado número de pequenas histórias sobre o tema, que se trata da característica mais vezes em foco. O estereótipo do inglês como um ser extravagante, original, é-nos transmitido por variadíssimas notícias sobre testamentos singulares feitos por súbditos britânicos – uns nomearam seus herdeiros animais de estimação, outros legaram os seus bens a quem preenchesse requisitos inesperados,¹⁵ outros ainda deixaram estranhas disposições testamentárias¹⁶ –, surgindo, além disso, em curtas notas sobre manias extravagantes¹⁷ e projectos mirabolantes (como o de um inglês que pretendia construir em Nápoles uma máquina gigante da sua invenção, que apagaria o Vesúvio introduzindo na boca do vulcão toda a água do Mediterrâneo)¹⁸ e em artigos diversos sobre hábitos, usos e comportamentos fora do normal.

“A Grã-Bretanha em Números” é um vasto núcleo textual, subsidiário de quase todas as outras secções, na medida em que ali se encontram avaliações numéricas do mais variado tipo de factos e objectos. A quantificação do real foi, na



verdade, um dos grandes interesses que a imprensa periódica portuguesa da época romântica demonstrou. O acentuado valor então atribuído aos quadros numéricos, às panorâmicas quantitativas, apresentando contagens tidas como cientificamente rigorosas e que permitiam calcular os recursos das nações, transparece no material que recolhemos, e diz principalmente respeito às populações, aos bens e às riquezas. O fascínio por contar, recensar, a fé nos números, estende-se aos mais variados assuntos, sendo porém possível apontar a indústria, o comércio, a economia e as finanças, a geografia, a imprensa periódica, a medicina, os transportes e as comunicações como os campos mais sujeitos a tratamentos deste tipo.

Quanto aos dois maiores campos temáticos que se destacam no material respigado, “História e «Histórias» da História” e “Literatura e Crítica Literária”, este último envolve mais de um milhar de textos de literatura e crítica literária, entre simples referências bibliográficas, epígrafes, pensamentos e máximas, passando por biografias de autores britânicos, romances, contos, poemas, até textos biobibliográficos, teóricos, críticos, historiográficos, encomiásticos, simplesmente noticiosos em relação a determinados autores e obras, total ou parcialmente relacionados com a literatura britânica.¹⁹ A leitura sistemática deste extenso material põe desde logo em evidência o fulcral papel da mediação francesa no processo de contacto de Portugal com a literatura produzida além-Mancha. Na verdade, encontrámos nas páginas da imprensa periódica muitas traduções de obras inglesas feitas a partir de traduções e versões francesas, e também traduções de textos crítico-valorativos de origem francesa, o que significa que o conhecimento e a apreciação da literatura britânica em Portugal no período romântico dependeram em grande medida da França e foram, pois, condicionados pelo modo como aquele país leu, interpretou, seleccionou, traduziu e avaliou a produção literária da Grã-Bretanha.

No *corpus* coligido a narrativa de ficção é a que se encontra mais representada, em termos percentuais, o que não é de admirar, porquanto é sabido que a imprensa periódica oitocentista, quer a de “instrução e recreio”, “conhecimentos úteis” e “cultura universal”, quer a política e a comercial com



secções literárias, recorreram com grande frequência aos contos, novelas e romances de autores portugueses, mas sobretudo estrangeiros, para captar público e, assim, aumentar as vendas. Ainda que de passagem, reconheça-se aqui o quanto o público leitor do Romantismo ficou a dever muito do que leu aos tradutores, essas figuras-chave no intercâmbio literário entre as nações.

A escolha dos textos dependia tanto da sua funcionalidade lúdica como moralizante, o que implicou que os jornais e revistas portuguesas do período romântico concedessem bastante espaço a traduções de obras de nomes muito secundários das letras britânicas. Tal facto deveu-se, seguramente, à lógica da procura, que impunha aos periodistas irem ao encontro dos gostos pouco exigentes do público leitor, oferecendo-lhe narrativas de ficção do seu agrado, ainda que de fraco mérito literário. Uma menção particular deve, a este respeito, ser feita aos folhetins publicados pela imprensa periódica, cujas histórias, escritas por ingleses ou que apresentavam enredos com personagens e cenários britânicos, deixavam os leitores em suspenso de número para número.

Os jornais e revistas desempenharam um importante papel na popularização de determinados autores: Walter Scott (1771-1832), Byron (1788-1824) e Shakespeare (1564-1616) são os nomes que mais se destacam. Em linhas muito gerais, podemos salientar que constatámos uma particular insistência nas obras do Pré-Romantismo inglês, nomeadamente Edward Young (1683-1765), James Thomson (1700-1748), Thomas Gray (1716-1771), Ossian/James Macpherson (1736-1796) e Matthew Gregory Lewis (1775-1818);²⁰ alguma atenção dada a Charles Dickens, através de traduções de alguns dos seus contos (14 traduções), mas sem que essa atenção signifique um interesse particular pelo alcance social da obra do romancista;²¹ e um absoluto silenciamento de William Wordsworth (1770-1850), Samuel Taylor Coleridge (1772-1834), Percy Bysshe Shelley (1792-1822) e John Keats (1795-1821), pois nenhuma das suas composições apareceu nos jornais e revistas consultados.

Pelo contrário, a vida e a obra de Walter Scott foram amplamente divulgadas, quer através da publicação de biografias do autor, quer por via de apreciações das traduções portuguesas dos seus textos editadas em volume – com



destaque para as realizadas directamente do inglês por André Joaquim de Ramalho e Sousa (1790-1857)²² –, quer, ainda, por meio de artigos de crítica e teoria literária em que o nome de Scott é frequentemente mencionado, aludido, citado e elogiado como paradigma do romance de matriz histórica. Mas note-se uma fraquíssima presença neles de textos do próprio Scott.²³

Lord Byron, por seu turno, foi o poeta inglês que mais ampla e entusiástica recepção mereceu.²⁴ Exceptuando as inúmeras epígrafes e citações de obras suas que encontramos antepostas ou inseridas em textos da mais variada ordem, verificamos que Byron foi um nome incontornável nos artigos que trataram a poesia inglesa ou europeia contemporânea, que as suas composições receberam dos colaboradores dos jornais e revistas os mais rasgados elogios e que algumas delas saíram em tradução, integral ou parcial, nas folhas periódicas, contribuindo assim, de modo muito significativo, para a familiarização do público leitor com a obra do célebre poeta romântico inglês. A personalidade fascinante e a existência aventureira e escandalosa de Byron constituíram também tema de umas quantas notícias de cariz biográfico, algumas das quais salientaram o facto de o poeta inglês ter visitado Portugal em 1809 e sobre a nossa terra ter escrito em termos depreciativos. Especialmente relevante foi o facto de o *Archivo Pittoresco* ter publicado em 1858, em tradução de António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865), o estudo crítico que Thomas Babington Macaulay (1800-1859) fez da obra *Letters and Journals of Lord Byron with Notice of his Life* (1830) de Thomas Moore (1779-1852). Aos leitores portugueses, o texto de Macaulay publicado pelo *Archivo Pittoresco* veio possibilitar não apenas um conhecimento dos factos mais significativos da vida de Byron, feita de glória e desventura, mas forneceu-lhe igualmente um retrato da sua personalidade contraditória. Além disso, e principalmente, apresentou-lhe um conjunto de reflexões sobre o Byron-poeta e o Byron-ídolo, imitado pela juventude no trajar, no comportamento e na filosofia de vida.

Se, de entre os cultores britânicos do modo lírico, Byron foi o nome mais divulgado e admirado, do mesmo modo que no campo da ficção narrativa se destacou, sem sombra de dúvidas, a figura modelar de Walter Scott, também no



que diz respeito à literatura dramática um escritor dominou a atenção dos colaboradores dos jornais e revistas: William Shakespeare.²⁵ A promoção do dramaturgo isabelino como um gênio sublime fez-se tanto por via da tradução de fontes inglesas como francesas, e a própria produção ficcional portuguesa de colaboradores da imprensa periódica como António Pedro Lopes de Mendonça e Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) revela a influência e a centralidade de Shakespeare no seu pensamento, enquanto grande referente literário. É de realçar uma tendência que se apresenta como geral na nossa imprensa periódica do Romantismo, e não exclusiva apenas dos dois autores nomeados: a preferência, de entre as peças do dramaturgo renascentista, pelas tragédias, consideradas análises profundas e sublimes do coração humano, muito em especial *Othello*, que tanto se prestou a citações, comentários e comparações a propósito do amor arrebatado e da paixão violenta do ciúme.

Fonte de inspiração de alguma ficção narrativa, ocasionalmente referido a propósito das óperas baseadas em obras suas que chegavam aos palcos portugueses (dado que as críticas dos jornais incidiam em geral sobre os espectáculos em si mesmos, não sendo habitual abordar os textos literários que tinham servido de ponto de partida aos libretistas e compositores), abundantemente citado, aludido e parafraseado em textos não só da esfera literária mas da mais diversa natureza, Shakespeare não teve, porém, na imprensa periódica romântica, muitos artigos dedicados exclusivamente à sua pessoa e obra (apenas quatro biografias vieram a lume, entre 1842 e 1864).

Efectivamente, as opiniões sobre Shakespeare encontram-se dispersas sobretudo por artigos sobre questões literárias e históricas extremamente variadas com as quais o dramaturgo inglês de alguma maneira se relaciona, não constituindo ele, contudo, o assunto principal. Não raro, deparamos nesses textos com a afirmação do autor de *Hamlet* como escritor canónico supremo, ou um dos maiores vultos das letras universais. Do mesmo modo, é também ínfimo o número de artigos só com traduções das suas obras, e ainda assim sempre parcelares. Há apenas a registar a tradução de excertos relativos a *2 Henry VI* e *3 Henry VI*, a tradução de duas cenas de *Macbeth* feita por José Maria da Silva Leal (1812-1883),



e, com data de 1838, uma tradução anónima, vinda a público em *O Ramalhete*, de parte da cena do cemitério de *Hamlet*, a qual acompanha uma estampa reproduzindo um quadro de Eugène Delacroix (1798-1863) onde figuram Hamlet, segurando a caveira do bobo Yorick, e o seu amigo Horatio (“Hamlet e Horacio”).

Como conclusão deste tópico, sublinhe-se que os jornais e revistas do Romantismo português dedicaram um espaço considerável à divulgação da literatura da Grã-Bretanha, ficando claro que muitos dos seus responsáveis e colaboradores fizeram leituras inglesas ou chegaram ao conhecimento de autores e obras britânicos por mediação da cultura francesa, tendo procurado difundir, por via da tradução, da nota biobibliográfica ou crítica, aqueles nomes e textos que consideraram interessantes e/ou inovadores, quer dos pontos de vista temático e estilístico, quer dos pontos de vista histórico e moral.

Os cerca de setecentos registos reunidos sob a designação “História e «histórias» da História”, extremamente diversificados entre si, fazem deste núcleo a maior subdivisão do *corpus* coligido e comprovam claramente o pendor historicista do Romantismo português. Na verdade, o interesse pela temática histórica, reconhecido como uma das tendências mais marcantes da nossa cultura romântica, encontra-se amplamente reflectido na imprensa periódica publicada entre 1836 e 1865, em que abundam relatos de acontecimentos passados, biografias de figuras destacadas, reproduções de documentos, descrições de lugares, monumentos e costumes de tempos idos, anedotas da vida de personagens célebres, historiais de determinadas instituições, curiosidades, bem como contos, novelas, romances e dramas históricos. Estes últimos, apesar do seu carácter ficcional, pretendem referenciar cenários, acontecimentos e/ou personagens reais, e criam, portanto, uma ilusão de verdade que é, aliás, reforçada pelo recurso a tácticas credibilizadoras, como o dizer-se que se trata de uma “história verdadeira” ou o inserir de uma nota em que se assegura a autenticidade do narrado.

A História afigurava-se como uma preciosa fonte de proveitosas lições para o presente, rica em exemplos de personagens e actos representativos de valores que importava inculcar, como o patriotismo, a honra, a coragem, a heroicidade e a lealdade. Esta função educativa, pedagógica, edificante, é frequentemente



ressaltada nos artigos com que deparámos, mormente através de reflexões e comentários de índole moralizante. Além disso, o passado encerrava um manancial imenso de episódios e historietas dramáticos, emocionantes, lacrimejantes ou simplesmente curiosos, que muito satisfaziam o gosto da época pelo anedótico e pelo sentimental; razão pela qual os responsáveis e colaboradores dos jornais e revistas buscavam com tanta assiduidade nos anais da História, nomeadamente a britânica, inspiração e matéria para os seus artigos, ou então optavam por traduzir textos de teor histórico de origem estrangeira.

Quer se trate de relatos objectivos ou romanceados, de narrações, longas ou breves, de acontecimentos de grande significado e alcance ou de pequenos incidentes da vida privada de soberanos e de personagens que se celebrizaram nos domínios da política, das artes, das letras, das armas, etc; quer sejam ainda textos de carácter ficcional, efabulações com base histórica, que tomam como objecto factos e/ou personagens que realmente aconteceram e existiram, estamos sempre perante textos que denotam um comum interesse e curiosidade pelo passado histórico e visam o mesmo fim de reconstituição e recordação de tempos idos.

No que diz respeito à ficção que evoca o passado britânico, ela reparte-se, como já foi dito, pelos domínios do teatro, do conto, da novela e do romance, não constitui um conjunto muito alargado e é, na sua maioria, de autoria francesa. Em muitos destes textos é a intriga amorosa, bastantes vezes trágica, que domina, sendo a preocupação pela caracterização histórica secundária em relação ao interesse em explorar situações passionais e servindo as referências ao contexto político da época em que decorre a acção de mero pano de fundo. A par das cenas ternas e amorosas, a História britânica inspirou também os escritores pelos seus actos de grande crueza e violência.

Alexandre Dumas (1802-1870) revelou-se uma fonte importante a explorar, tanto no campo do teatro como no do romance. O *Archivo Theatral* (1838-1845), que se apresentou aos leitores como uma “Collecção selecta dos mais modernos Dramas do Theatro Francez”, publicou “Catharina Howard, Drama em 5 actos, divididos em 8 quadros”; em Junho de 1839 a *Revista Litteraria* deu a conhecer um fragmento da obra mais recente de Alexandre Dumas, sobre o amor de Eduardo III



pela Condessa de Salisbury (“A Condessa de Salisbury”), salientando-se na introdução à tradução que os leitores iriam assim ter a oportunidade de comparar Dumas com Walter Scott enquanto “romancista histórico”; e doze anos mais tarde, entre 31 de Dezembro de 1851 e 31 de Agosto de 1852, também *O Correio das Damas* divulgou uma obra de carácter histórico-biográfico deste escritor francês, “Historia de Maria Stuart”. A atenção dada por Dumas a mulheres que se destacaram na História britânica por certo terá reforçado o interesse dos responsáveis pelos nossos jornais e revistas pela sua obra, pois havia que ir ao encontro dos gostos das leitoras, que constituíam, agora, um dos públicos-alvo preferenciais da imprensa periódica.

Numerosas são, por outro lado, as “anedotas históricas”, de assunto muitíssimo diverso, cuja finalidade oscila entre o recreativo, com base essencialmente no humor, e o instrutivo/moralizante. Abundam igualmente as “curiosidades históricas” tendo por objecto acontecimentos pitorescos, originais e insólitos. Inseridas frequentemente na secção de “Variedades” dos periódicos de cariz cultural, as primeiras são muitas vezes narradas de forma romanceada. As mais desenvolvidas, dado o estilo em que estão escritas, poderiam bem ser incluídas na categoria dos contos, embora não apresentem tal classificação. A tentativa de assassinato de Isabel I por uma dama do séquito de Maria Stuart, Margarida Lambton, disfarçada de homem (“Uma Heroica Mulher”, *O Beija-Flor*, 1838; “O Projecto de Regicidio Malogrado”, *O Mosaico*, 1839; “A Visão”, *O Correio das Damas*, 1841; “Uma Mulher Heroica”, *A Primavera*, 1860); o auxílio prestado por um moleiro a Henrique II quando este se perdeu na floresta de Sherwood, tendo-o o rei recompensado com o cargo de couteiro-mor da dita floresta (“Henrique 2.º, e o Moleiro de Mansfield”, *Archivo Popular*, 1840; “Henrique II, em Casa do Moleiro de Mansfield”, *O Ramalhete*, 1841; “Henrique 2.º e o Moleiro de Mansfield”, *O Nacional*, 1841; “Henrique II e o Moleiro de Mansfield”, *Jornal para Todos*, 1860); e o desgosto fatal de Isabel I após ter sabido que Essex (1567-1601) lhe enviara um anel como pedido de perdão, mas que a pessoa encarregada de lho entregar o não fizera por rivalidade e inimizade ao Conde (“Ultimos Momentos de Lord Graham”, *O Correio das Damas*, 1837, e *O Mosaico*, 1839; “Ultimos Momentos



de Izabel de Inglaterra”, *Archivo Popular*, 1843), são exemplos representativos que podemos dar a este propósito, por se tratar dos pequenos episódios históricos que com mais pormenor e por várias vezes foram recordados.

Quando passamos a considerar as “anecdotas” breves de índole jocosa, de longe as mais numerosas, constatamos que a faceta recreativa de muitas das publicações periódicas que examinámos assenta, em larga medida, precisamente nessa profusão de narrativas curtas em que são referidas situações divertidas, engraçadas, insólitas, e ditos espirituosos. Abundam episódios humorísticos que se reportam a uma grande variedade de personagens históricas, nomeadamente monarcas, políticos, estadistas, magistrados, figuras da Igreja e escritores. Por exemplo, deparámos em três jornais distintos com o relato de um encontro de John Milton (1608-1674) com Carlos II (1630-1685), o qual, ao ver o poeta cego, lhe disse ser aquela sua deficiência um castigo do céu por Milton ter celebrado em verso a execução de Carlos I. Ao que o autor de *Paradise Lost* respondeu: “Senhor, se os males que nos affligem neste mundo são castigos de nossas culpas, o pai de V. M. devia ser bem culpado!” (“Anecdota”, *Archivo Popular*, 1838; “Boa Resposta”, *Estrella d’Alva*, 1862; “Anecdota”, *Gazeta Lisbonense*, 1865). O satírico Jonathan Swift (1667-1745), por seu turno, protagoniza alguns episódios que revelam, sobretudo, a singularidade do seu carácter e o seu sarcasmo. Entre as várias historietas que sobre ele se contaram, escolhemos uma: perguntado por um jovem advogado quem ganharia se o Diabo e o Clero tivessem uma demanda, Swift respondeu que seria indubitavelmente o primeiro, por ter “pela sua parte toda a gente togada” (“O Doutor Swift e o Advogado”, *O Recreio*, 1840). Outro comentário humorístico que a posteridade acabou por manter vivo na memória passou-se com Robert South (1634-1716), capelão de Carlos II. Certo dia, estando ele a pregar, reparou que todos dormiam na tribuna real; então parou, chamou por três vezes por *Lord Lauderdale*, mordomo-mor, e disse-lhe: “Milord, sinto muito interromper o somno de vossa excellencia, mas fui obrigado a isso, porque roncava com tanta força, que receei que acordasse sua magestade” (“Caso Inglez”, *O Beija-Flor*, 1838; “Devoção de Carlos II e de seus Cortezãos”, *O Recreio*, 1839, e *Archivo Popular*, 1840).



O maior subconjunto de anedotas históricas refere-se a reis e rainhas (Eduardo III, Henrique VII, Henrique VIII, Isabel I, Carlos II, Jorge II e Jorge III). Henrique VIII e Isabel I são, inquestionavelmente, os soberanos mais em foco, recordando os jornais, para além de diversos episódios espirituosos, muitas cenas da sua actuação governativa e vida pessoal, e ainda pequenas histórias elucidativas do seu carácter. A frequência com que surgem notícias sobre estas duas personagens e outras que viveram durante os seus reinados – o Cardeal Wolsey (c. 1475 -1530), *Sir Thomas More* (1478-1535), Ana Bolena (c.1501-1536) e as outras cinco mulheres de Henrique VIII (1491-1547), Maria I (1516-1558), *Lady Jane Grey* (1537-1554), Maria Stuart (1542-1587) –, a juntar a alguns artigos que procuraram informar os leitores quanto às vicissitudes políticas e religiosas da época Tudor (“Reforma Religiosa do Seculo 16”, por João Félix Pereira, *Revista Popular*, 1851; “A Vingança. Origem do Scisma Anglicano”, *O Historiador*, 1840), fazem desta, sem dúvida, a que maior destaque recebeu na imprensa em estudo no que ao passado diz respeito. Foi um período marcado por personalidades fortes, poderosas, controversas, algumas das quais, ao morrerem no cadafalso, ganharam vida na memória das gerações vindouras e conquistaram a fama de mártires. As velhas páginas que compulsámos interessaram-se, sobretudo, pelo lado folhetinesco e sensacionalista desses tempos conturbados e exploraram em especial os incidentes que envolviam poder, traição, aventura, paixão, sumptuosidade, violência, carrascos, vítimas, sangue, sacrifício e morte. Daí a insistência em relembrar episódios como assassinatos e execuções, entre as quais avultam, pelo número significativo de periódicos que a elas se referiram, as de Ana Bolena, *Lady Jane Grey* e Maria Stuart.²⁶

Tratando-se de notas de carácter avulso, tendo por objecto acontecimentos pitorescos, originais, insólitos, encontramos referenciadas nas “curiosidades históricas” as coisas mais variadas e o mais diverso tipo de pessoas. A título de exemplo registamos aqui algumas dessas ocorrências, nomeadamente sobre: o impressionante número de títulos, honras, dignidades, empregos e recompensas monetárias recebidos pelos heróis nacionais Nelson (1758-1805) e Wellington (1769-1852), no caso do último num total de 56 (“Recompensas Dadas a alguns



Generaes Inglezes”, *O Recreio*, 1839; “Títulos, Honras, e Empregos, do Fallecido Wellington”, *O Jardim Litterario*, 1854); o facto de ter sido servido a Carlos I, durante um banquete, um anão, de nome Jeffrey Hudson (1619-1682), dentro de uma empada (“Anões”, *Archivo Popular*, 1837; “O Anão Seffery Hudson”, *O Beija-Flor*, 1838, e *O Archivista*, 1840); o cabeleireiro da rainha Vitória, que, por haver perdido o comboio em Londres, teve de alugar um comboio especial para não chegar atrasado a Windsor (“Contratempo Serio”, *A Opinião*, 1857); o cavalo de Lord Wellington, que foi enterrado com todas as honras militares (“Enterro de um Cavallo com as Honras Militares”, *O Recreio*, 1836); as origens de determinadas práticas (“Origem de Toast”, *Estrella d’Alva*, 1862), títulos (“Origem do Titulo dos Cavalleiros da Mesa Redonda”, *O Ramalhete*, 1841; [Origem do Título “Príncipe de Gales”], *O Beija-Flor*, 1842; “Principe de Galles”, *O Civilizador*, 1860) e usos, como o do chapéu-de-chuva, cujo pioneiro, Jonas Hanway (1712-1786), foi tido por excêntrico por andar com tal “maquina movediça” (“Os Chapéus de Sol”, *A Illustração*, 1846).

Todas estas “curiosidades históricas”, se bem que se destinassem, em grande parte, a recrear os leitores, não deixavam de contribuir para a sua cultura geral. Reparemos, no entanto, que este tipo de notícias veicula uma informação superficial e denota uma evidente tendência para “aligeirar” a História britânica, procurando-se muitas vezes nela apenas o singular e o exótico. É, porém, de valorizar o facto de acontecimentos e personagens²⁷ de que não reza a “grande História” serem assim dados a conhecer, embora não sejam esses os que mais espaço ocupam nas páginas da imprensa periódica portuguesa do Romantismo.

Das sete centenas de artigos de que estamos a falar, apenas cerca de duzentos são mais seriamente informativos e evidenciam a preocupação de fornecer aos leitores um conhecimento mais rigoroso e documentado da História da Grã-Bretanha. Falamos de panoramas gerais da História de Inglaterra e da Escócia e seus costumes,²⁸ de descrições de batalhas, guerras, revoltas, quer passadas,²⁹ quer recentes,³⁰ como a Guerra do Ópio (1839-42) entre a Grã-Bretanha e a China,³¹ a Guerra da Crimeia (1854-56)³² e o *Indian Mutiny* (1857- 58),³³ ou ainda de artigos que fazem a história de instituições como os partidos políticos ingleses³⁴ e as ordens



militares da Grã-Bretanha, estas últimas, aliás, bastante em foco no material coligido, especialmente a da Jarreteira.³⁵ Certos periódicos inseriram nas suas páginas alguns artigos³⁶ com que procuraram, de forma desenvolvida, elucidar os leitores portugueses sobre aspectos importantes da realidade política britânica,³⁷ quer traçando o perfil dos vários partidos e dos seus membros mais destacados (aspecto físico, qualidades e defeitos, capacidades oratórias, peculiaridades de carácter, teorias defendidas, crenças arraigadas, comportamento durante as sessões, incidentes da vida pública, características dos combates políticos que travaram, causas que defenderam);³⁸ quer analisando a situação dos partidos e suas posições face a determinados assuntos; quer noticiando a formação de novos gabinetes ministeriais; quer, ainda, transcrevendo discursos proferidos por figuras relevantes da cena política de além-Mancha, como o que *Lord Palmerston* (1784-1865) fez em Leeds sobre a influência que a Inglaterra vinha a exercer em vários países da Europa, no sentido de favorecer e ajudar o desenvolvimento da liberdade política, e que *O Cysne do Mondego* deu a conhecer em 12 de Novembro de 1860 (“Noticias Estrangeiras”). Entre os exemplos aí apontados, este primeiro-ministro inglês cita o caso dos países ibéricos: “Assim ajudámos os hespanhoes e portugueses a obter constituições modeladas sôbre os principios geraes da nossa, e essas constituições têm augmentado muito a felicidade d’esses paizes” (28).

Afirmações deste teor, em que se tecem elogios às diligências e esforços da Inglaterra em favor dos interesses e progresso de Portugal, encontrámo-las por vezes nas palavras de políticos e militares britânicos citadas pela imprensa periódica nacional, e também, é claro, em artigos vindos a lume em jornais ingleses publicados no nosso país. Note-se, no entanto, que o número destes foi bastante limitado, pois durante o século XIX apenas se editaram em Portugal nove periódicos em língua inglesa, cinco deles entre 1836 e 1865: *The Lisbon Literary, Agricultural, and Political Journal*, *The Lisbon English Journal*, *The Lisbon Mail*, *The Lisbon Chronicle* e *The Lusitanian*.³⁹ Os seus leitores seriam também poucos, praticamente só os cidadãos britânicos residentes no nosso país, uma vez que o conhecimento do idioma inglês entre os portugueses, incluindo as elites sociais e intelectuais, era bastante reduzido.



Ainda assim, apesar da fraca circulação dessa imprensa anglófona, sobretudo vocacionada para o tratamento de questões políticas e económicas, é de lembrar que nela foram expressos pontos de vista sobre as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha que contrastavam flagrantemente com opiniões emitidas nos jornais e revistas portuguesas acerca dos mesmos assuntos, o que se explica pelo facto de os ditos órgãos informativos ingleses estarem geralmente ao serviço das autoridades e dos interesses britânicos. Um exemplo eloquente é fornecido pelas posições tomadas, de ambos os lados, quanto às consequências do Tratado de Methuen, assinado em 1703, e do Tratado de 1810. Diz *The Lisbon English Journal* no seu número 9, de 9 de Julho de 1836, num artigo intitulado “Former Treaty of Commerce between England and Portugal”:

In 1703 English woolen manufactures formerly admissible in the Kingdom of Portugal were prohibited, and England wishing to extend the exportation of this most important branch of her manufactures, contracted with Portugal for the admission of them into her ports; and what was the equivalent demanded by Portugal for this important cession? no less than the sacrifice on the part of the British nation of their taste for foreign wines, obliging the English to drink Port at a very high price, when they could have imported wines from France at a considerably less rate; and thus were they compelled as it were to accustom themselves to drink what at that time they by no means desired, and the preference to this quality of wine was artificially produced by habit, in order to find a staple market for the most valuable produce of Portugal. (113)

Um pouco mais adiante pergunta o articulista anónimo, dando ele próprio de imediato a resposta: “Which of the two Kingdoms was more benefited by the effects of the treaty of Methuen? Surely he must answer Portugal” (114). Depois de sublinhar que Portugal só se libertou do jugo napoleónico graças à “undaunted bravery of her British ally”, passa a defender a ideia de que o Tratado de 1810, longe de ter sido pensado para proteger os interesses comerciais da Inglaterra no Novo Mundo, foi afinal vantajoso para Portugal, reforçando-se assim, por último, a imagem de uma Grã-Bretanha honrada e amiga do seu velho aliado ibérico: “[...] it must be allowed that the general conduct of England towards Portugal, has been based upon the best wishes for her prosperity, and that it is to the interest of the



British nation to see an ally flourish, with whom she must naturally have commercial intercourse” (114).

Visões bem diferentes desta foram expostas em alguns periódicos portugueses. Contundentes e indignadas são as palavras que um leitor anónimo da *Revista Universal Lisbonense*, na primeira metade da década de 40, enviou do Rio de Janeiro a este periódico a propósito dos ditos tratados assinados entre Portugal e a Inglaterra em 1703 e 1810. Publicadas no número de 21 de Março de 1844 sob o título “Avisos Memoráveis aos Lavradores, Fabricantes, Negociantes, e a todos quantos, directa ou indirectamente, governam ou podem influir no Reino de Portugal”, esse português, sofrendo com o destino da sua “malfadada patria”, resume o que, em sua opinião, resultou de tais acordos, que qualifica como “uma triste recordação do passado”: “O tratado de *Metthwen* arruinou a nossa industria admittindo-lhes [aos ingleses] os seus tecidos d’algodão e lã sem restrições: o de 1810, matou o nosso commercio, porque tivemos um governo tão paternal e protector, que lhes abriu os portos do *Brazil*, único alimento do nosso diminuto e enfraquecido commercio...” (372) Eis apenas um breve exemplo de como as páginas dos nossos jornais e revistas serviram também de lugar de debate sobre a velha aliança luso-britânica e espaço de crítica e denúncia das nefastas consequências que, na perspectiva portuguesa, os tratados de comércio assinados desde o século dezoito entre as duas nações acarretaram para a economia nacional.

No capítulo das actualidades, e como seria de esperar, o nome da rainha Vitória esteve em foco na imprensa periódica desde a sua subida ao trono. Deparamos com relatos da cerimónia da coroação; retratos e elogios do carácter da jovem soberana, onde se pode ler que era dotada de uma “natureza elevada e generosa” e de grande “affabilidade” e “amenidade”; uma descrição dos seus hábitos quotidianos e da etiqueta observada na corte; notícias sobre o seu casamento com o príncipe Alberto; as sucessivas gravidezes; o atentado contra a sua vida cometido por Edward Oxford (1840); algumas das visitas ao estrangeiro; e a morte do marido. Os jornais e revistas portugueses acompanhavam a vida da rainha de Inglaterra, preocupando-se, sobretudo, com os aspectos familiares e os acontecimentos sociais em que Vitória participava ou organizava. Aliás, pode dizer-



se que no tipo de periódicos que consultámos a actualidade britânica consiste, em grande medida, em *faits-divers*, nomeadamente notícias sobre bailes, banquetes, recepções, casamentos, acidentes e crimes; surgem também amiúde notas anunciando o recente falecimento de figuras conhecidas, por vezes complementadas por elogios fúnebres e descrições das exéquias.

Como dissemos atrás, paralelamente à busca de referências à realidade socio-cultural britânica nos artigos coligidos, procurámos igualmente extrair deles elementos imagológicos que nos ajudassem a compreender as imagens da Grã-Bretanha que a imprensa periódica portuguesa do Romantismo projectou, bem como testemunhos e reflexões de autores portugueses acerca do seu próprio país motivados pelo contacto directo com os velhos aliados. Consta-se que certos colaboradores se sentiram compelidos à comparação e ao contraste, identificando diferenças e reconhecendo semelhanças entre o seu lugar de pertença e a nação britânica. Ou seja, o olhar sobre o Outro – o de além-Mancha – significou frequentemente um olhar sobre Si Mesmo, com a conseqüente tomada de consciência das carências, imobilismo, pequenez, fraqueza e inferioridade de Portugal.

Numa perspectiva de imagologia cultural, pode dizer-se, globalmente, que ressalta dos jornais e revistas analisados uma imagem da Grã-Bretanha como grande potência comercial, industrial e marítima, baluarte do progresso tecnológico, científico e civilizacional; mas, se passarmos do plano geral para o plano de pormenor, distinguimos claramente que essa imagem se constitui de uma multiplicidade de traços e elementos, nem todos de sinal positivo.

Efectivamente, atribuem-se aos filhos de Inglaterra qualidades como o espírito de ordem, a perseverança, o apego à terra natal e aos antigos costumes e, sobretudo, uma impressionante capacidade empreendedora; elogia-se a Inglaterra pela sua riqueza, grandeza, adiantamento material, grau de desenvolvimento das instituições e o seu bom funcionamento; mas, por outro, critica-se o seu orgulho e arrogância, o espírito excessivamente mercantilista e materialista, a hipocrisia e o *self-interest*, o colonialismo vil; fazem-se críticas severas às conseqüências sociais da industrialização e do capitalismo britânicos e desferem-se ataques violentos à



sociedade vitoriana pelas suas profundas desigualdades sociais. Londres, a “moderna Babilónia”, que alguns portugueses visitaram e descreveram nas páginas dos jornais e revistas, é um alvo especial de crítica, pela pobreza de grande parte da população, prostituição, alcoolismo, violência, criminalidade, para além das recorrentes e já antigas referências depreciativas à sua atmosfera cinzenta, chuvosa, enevoadada, tão diferentes da pátria portuguesa ensolarada, de céu azul e límpido, que alguns colaboradores dos jornais mitificaram.

Reduzido a estereótipos, o inglês surge retratado com uns quantos traços a grosso que acentuam, invariavelmente, a sua fleuma, o seu *spleen*, as suas tendências suicidas, a sua taciturnidade, a sua gula, o seu amor pelo álcool, o seu laconismo e monossilabismo, o seu idioma bárbaro, difícil de aprender e pouco literário (cf. Castanheira 2003), a sensaboria repetitiva dos seus hábitos. O retrato caricatural do inglês, exagerando as suas imperfeições físicas (gordura e barriga proeminente), que circulou com frequência na imprensa periódica da época e que, por intermediação desta, muitos leitores terão absorvido, jogava, a nível mais profundo, com sentidos políticos: tinha subjacente uma crítica à Inglaterra capitalista e imperialista, exploradora e devoradora dos mais pobres e fracos. A pança de John Bull, feia figuração da Inglaterra, é vista como símbolo de riqueza, fartura, prosperidade, sofreguidão, ganância, interesse pelo lucro, agressividade; o seu célebre orgulho patriótico como uma forma de arrogância de quem se sente senhor do mundo. Veja-se a descrição de um inglês feita por Francisco Gomes de Amorim (1827-1891) em “Viagem ao Minho”, narrativa publicada na revista *O Panorama* (Vol. X, 2^o da 3^a série) entre 30 de Abril e 31 de Dezembro de 1853:

Era um inglez. [...] A cabeça calva e quasi quadrada possuia as dimensões mais enormes que tenho visto na vida. Da nuca até á fonte côr de rabano, havia uma proeminencia convexa, d’onde partiam pequenos raios, cuja saliência desaparecia debaixo de algumas ruivas farripas, que descançavam sobre as longas orelhas rubras como tomates. Os olhos azues e esgaziados, desguarnecidos de sobrelhas, e a palpebra sanguinea, pareciam os filtros por onde saíam os vapores bachicos áquelle distillador. O imenso nariz encarniçado como a crista de um gallo, estava perpendicular á barriga ameaçando fural-a se continuasse a crescer; e o nariz tinha razão, porque o pobre homem já não via dous palmos adiante dos



pés. As faces nedias e cheias de carne, o pescoço curto e grosso como o cachaço de um frade Bernardo, encostavam-se nos largos hombros do nosso amigo como a bomba de uma seringa. Não cobriu a cabeça durante a viagem, como se fizesse gala em mostrar aquella abobora ornada de barbas de milho.(142)

Rir à custa da Inglaterra surge então como uma maneira de lhe fazer frente e de a criticar, ao mesmo tempo que tem um efeito catártico, na medida em que possibilita aos pequenos e fracos portugueses, vítimas da dominação inglesa, a libertação de ressentimentos, tensões, descontentamentos e antipatias em relação aos seus velhos aliados e “protectores”, reavivados ao longo de Oitocentos por diferendos e conflitos que opuseram Portugal à Inglaterra, nomeadamente os que cresceram em torno da “questão africana”. Através da palavra irónica, bem-humorada ou depreciativa, do comentário satírico, da caricatura grotesca, subverte-se a relação e hierarquia de forças entre as duas nações e reina então o riso lusitano, reduzindo sem piedade o poderoso inglês à escala desprezível do ridículo.

O forte ressentimento anti-inglês que atravessa as letras portuguesas deste tempo, repetindo-se vezes sem conta a utilização irónica das expressões “fiel Aliada” e “generosa aliada” e os sarcasmos sobre a sua “graciosa protecção”, mistura-se assim com as demonstrações de admiração pelas realizações da Inglaterra, do que resultam sentimentos ambivalentes e contraditórios de anglofobia e anglofilia, antipatia e simpatia, repulsa e atracção.

Se as questões que se colocam aos nossos jornalistas e escritores a propósito da Grã-Bretanha produzem valorizações ora negativas ora positivas e suscitam um tom por vezes crítico, outras elogioso, o mesmo sucede muitas vezes relativamente à própria pátria, pois o confronto entre as duas culturas leva-os a reflectir acerca da sua própria identidade e sobre a portugalidade. Este aspecto é particularmente relevante no caso dos relatos de viagem fruto de deslocações de portugueses à Inglaterra,⁴⁰ pois a passagem para um outro espaço, muito mais desenvolvido dos pontos de vista social, económico, tecnico-científico e cultural, símbolo de progresso e modernidade, cria uma distância propícia à autocrítica, à auto-ironia e à tomada de consciência do atraso nacional. Constroem-se, em tais circunstâncias, imagens de contrastividade em que o Eu, ao olhar o Outro, se sente inferior,



passando a verbalizar esse sentimento de inferioridade através de um discurso que, muitas vezes, se apresenta como disfórico ou trocista – caso em que o acto de rir do Outro, como forma de o diminuir e ridicularizar, se transforma, em simultâneo, num rir, porventura dolorosamente, de Si Mesmo.

Não saberemos nunca, ao certo, qual a real influência exercida por estes jornais e revistas. Dispomos das folhas impressas da época, falta-nos a resposta dos leitores, a prova concreta de que foram afectados pelos periódicos que leram, de que estes lhes condicionaram as opiniões, os comportamentos, os gostos. O que podemos dizer é que, ao incluir nas suas páginas muitos e variados artigos exclusivamente sobre as Ilhas Britânicas, ou contendo em parte referências a elas, e mostrando, assim, aos nacionais, por palavras e também por imagens, como eram as gentes, as terras, os costumes, as instituições, a história, as correntes de pensamento, a técnica, a ciência, a literatura e a arte dos britânicos, o nosso jornalismo, então *mass media* sem rival, terá sido o principal veículo difusor da cultura de além-Mancha na sociedade portuguesa do Romantismo.

¹ O presente artigo resultou de uma comunicação em que se pretendeu divulgar alguns dos resultados obtidos com a investigação realizada para a nossa tese de Doutoramento (cf. Castanheira 2005).

² Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

³ Optámos, por uma questão de clareza e funcionalidade, por fornecer a informação bibliográfica dos artigos da imprensa periódica no corpo do texto, pelo que serão excluídos da lista final de Obras Citadas.

⁴ A França e a Inglaterra, modelos de civilização, atraíam as maiores atenções. Escreveu, a propósito, Eça de Queirós: “É por isso que ninguém que tenha o orgulho de se considerar ser racional prescinde de se informar diariamente de tudo o que se passa em Pariz ou em Londres, desde as revoluções até às *toilettes*, desde os poemas até aos escandalos” (Queirós 5).

⁵ A lista dos títulos dos jornais e revistas que constituiu o *corpus* de trabalho está em: Castanheira 2005, Vol. III, 5- 46.

⁶ Por necessidade de restringir um campo de investigação já de si muito vasto, optámos por não fazer o levantamento das notícias exclusivamente sobre a geografia, os usos e os costumes das colónias britânicas espalhadas pelo mundo.

⁷ Os originais portugueses foram, na sua esmagadora maioria, publicados sem assinatura, ou então com iniciais e pseudónimos que nem sempre é possível decifrar. O mesmo sucede com muitos dos textos traduzidos, também estes frequentemente anónimos ou atribuídos a enigmáticas iniciais (por vezes reduzidas a uma só letra), ou ainda asteriscos, podendo assumir, nestes casos, designações várias: imitação, versão, adaptação...



⁸ Para consulta da lista exaustiva dos títulos dos artigos inventariados e classificados de acordo com as trinta e uma categorias estabelecidas, acompanhados da referência bibliográfica completa, remetemos para: Castanheira 2005, Vol. III.

⁹ Exemplos: calculadores mecânicos, que faziam as quatro operações, de somar, diminuir, multiplicar e dividir, com uma rapidez e exactidão que pareciam mágicas; caloríferos para aquecimento das casas; penas de escrever metálicas, ótimas por serem inalteráveis; barcas, botes, cabos, barretes insufláveis, fatos e coletes de borracha para salvar náufragos.

¹⁰ Receitas britânicas para fabrico de graxa, tinta de escrever, tijolos e telhas, tafetá, manteiga e respectiva salga, cerveja, queijo de Chester, sabão, preparação de peles, impermeabilização de papel e chapéus, preparados para conservar as redes dos pescadores, para evitar a oxidação do ferro e preservar o aço da ferrugem, modos de vidrar louça de barro, pintar faiança, dourar e pratear metais, e, sobretudo, muitos métodos relacionados com a agricultura, nomeadamente sobre enxertias, tratamentos a aplicar às doenças das árvores, formas para auxiliar a germinação das sementes e maneiras de conservar madeiras, carne, leite e ovos, etc., etc, etc.

¹¹ Eis alguns exemplos: “O Doutor Syrift”, *O Passatempo*, 1838 (sobre o facto de Jonathan Swift apreciar conversar com doidos e ele próprio ter morrido louco); “Singularidades que se Encontrão nos Grandes Homens”, *Archivo Popular*, 1843 (sobre crenças e comportamentos singulares de figuras como Newton, Pope, Christopher Wren e o Duque de Marlborough); “Extraordinarias Antipathias”, *Archivo Popular*, 1843, e *A Fonte*, 1850, com o título “Fraquezas de alguns Homens Celebres” (sobre as fobias estranhas de, entre outros, Bacon, Jaime II e o físico Robert Boyle).

¹² Dão-se a conhecer, por exemplo, casos de pessoas com memória e raciocínio matemático espantosos: “Memoria Prodigiousa d’um Cego” (*O Ramallete*, 1837), “Water, o Calculador” (*Archivo Popular*, 1842) e “Margarida Clelund” (*O Recreio Popular*, 1855).

¹³ Noticiam-se, sobretudo, casos extraordinários de animais que falam e cantam. Exemplos: “O Passarinho que Falla” (*O Periodico dos Pobres*, 1838), “Hum Rato Filarmonico” (*Archivo Popular*, 1843), “Uma Ratazana Phylarmonica” (*Periodico dos Pobres no Porto*, 1843) e “A Vaca Cantora” (*Archivo Popular*, 1843).

¹⁴ Damos apenas dois exemplos deste tipo de “curiosidades”: “A Ilha de Tristão da Cunha, e o seu Robinson” (*O Panorama*, 1837), sobre um inglês chamado Glass que viveu por largo tempo naquela ilha, apenas na companhia da sua mulher; e “Excessos de Pudor” (*Archivo Universal*, 1859), que informa que, de acordo com o *Illustrated London News*, uma senhora inglesa despediu a sua criada por esta, ao arrumar a sua biblioteca, ter misturado na mesma prateleira autores de ambos os sexos.

¹⁵ Veja-se, por exemplo, “Legado Celebre”, publicado em 1848 n’*O Jardim Litterario*, sobre o testamento de um tal John Orr, que deixou um legado de 800 libras para serem divididas em quatro partes iguais, no primeiro dia do ano, pela mulher casada mais corpulenta, a mais pequena, a mais velha que se tivesse casado nesse ano e a mais nova; e “Testamento d’um Inglez” (*Leituras Populares*, 1865-1866), que dá a saber o caso de um inglês muito rico cuja última vontade foi deixar toda a sua fortuna a quem risse no seu enterro, condição esta apenas do conhecimento do tabelião que tratara do testamento.

¹⁶ Eis três exemplos ilustrativos: “Singular Legado de hum Criminoso” (*Archivo Popular*, 1837), sobre a vontade manifestada por Edward Clarke, condenado à forca, de que, após a sua morte, três dos seus dedos fossem entregues aos seus três filhos, como aviso para não usarem as mãos com fins criminosos; “Modas Inglezas” (*O Correio das Damas*, 1840), acerca da ordem dada por um inglês aos seus herdeiros para que, no dia do aniversário da sua morte, lançassem sobre a sua sepultura uma garrafa de aguardente e outra de cerveja; e “Excentricidade além da Morte” (*A Opinião*, 1857), descrevendo o extravagante conteúdo do testamento de um britânico residente em França, segundo o qual o jovem órfão testamentário só entraria na posse da herança depois de ter reunido, num curto espaço de tempo, um milhão de selos de correio já usados.

¹⁷ *O Corsario*, por exemplo, publicou em Abril de 1838 “Singular Extravagancia”, um artigo sobre ingleses que durante anos a fio se conservaram na cama, embora gozassem de boa saúde; e a *Revista Universal Lisbonense*, em Outubro de 1848, extraiu da *Gazeta de Dublin* uma notícia sobre um homem que durante dezoito anos fez os seus estudos de teologia e agricultura sem proferir uma só palavra.



¹⁸ O redactor da notícia, que assina Perini (deverá tratar-se de César Perini di Lucca), comenta que já não bastava os ingleses “quererem sujeitar o mundo sob o seu dominio político, e religioso, querem tambem dominar a mesma natureza!” (“Nada menos do que Apagar todos os Vesuvios”, *O Ramallete*, 1844).

¹⁹ Uma descrição pormenorizada do material englobado em “Literatura e Crítica Literária” encontra-se em: Castanheira 2008.

²⁰ Quando constatamos a insistência em difundir traduções e imitações de textos de Edward Young, James Thomson, Thomas Gray, Ossian/James Macpherson e Matthew Gregory Lewis, torna-se clara a continuação do gosto pelos autores ingleses setecentistas que evidenciaram uma nova sensibilidade face à racionalidade neoclássica, valorizando os sentimentos, os temas da noite e da morte, a contemplação da natureza, os ambientes de mistério e horror, o sobrenatural, e exaltando a poesia natural e popular, não afectada pela civilização.

²¹ Sobre Dickens em Portugal, ver: Sousa 1999 e *Charles Dickens em Portugal* 2012.

²² Sobre o tradutor Ramalho e Sousa, ver: Lopes 2011.

²³ Sobre Walter Scott no Romantismo português, ver: Pires 1979.

²⁴ Sobre a recepção de Byron em Portugal, ver: Flor 1995, Sousa 2004, Castanheira 2010.

²⁵ Sobre a recepção de Shakespeare em Portugal ao tempo do Romantismo, ver: Silva 2005.

²⁶ Sobre este tema, ver: Castanheira 2001. Sublinhe-se a recorrência, na imprensa periódica romântica, de textos sobre rainhas britânicas, especialmente aquelas que tiveram destinos infelizes e deram provas de determinação, coragem, espírito de sacrifício e dignidade perante o infortúnio.

²⁷ Encontrámos, por exemplo, notícias sobre ladrões, assassinos, coveiros, carrascos, etc., ou seja, figuras à margem da lei ou pouco consideradas pela sociedade. Exemplos: “Scarlett” (*O Panorama*, 1856), sobre Robert Scarlett (1499?-1594), o coveiro que enterrou Catarina de Aragão e Maria Stuart; “John Poker” (*O Periodico dos Pobres*, 1842), sobre um ladrão de estrada do tempo de Jorge III que nunca molestava mulheres; “Os Assassinos dos Reis, suas Phisionomias, seus Motivos e sua Moral” (*Revista Estrangeira*, 1838, e *A Fonte*, 1849), em que se dão os nomes de vários britânicos que atentaram contra a vida de monarcas.

²⁸ Exemplos: “Breve Resumo da Historia de Inglaterra”, *A Vedeta da Liberdade*, 1839; “História de Inglaterra”, *O Ramallete*, 1843-1844; [Escócia], *Revista Popular*, 1852; “Sobre a Historia d’Escocia e sobre o Character Nacional dos Escocezes”, tradução portuguesa de um excerto de uma obra do historiador francês Augustin Thierry (1795-1856), *Jornal para Todos*, 1860.

²⁹ Por exemplo a Batalha de Hastings e o confronto entre a Invencível Armada espanhola e a frota inglesa em 1588: “A Batalha de Hastings”, *Archivo Popular*, 1838; “Batalha d’Hastings”, *O Panorama*, 1841; “Conquista de Inglaterra por Guilherme. Combate de Hastings. (14 de Outubro de 1066),” *O Ramallete*, 1841; “Batalha d’Hastings”, por Augusto Malheiro Dias Guimarães, *A Primavera*, 1860; “Invencível Armada”, *O Panorama*, 1838; “Grande Armada Hespanhola chamada INVENCIVEL”, *Archivo Popular*, 1840.

³⁰ Por exemplo, a Batalha de Trafalgar e as várias travadas durante a Guerra Peninsular. Vejam-se: “Memoria sobre a Batalha Naval do Cabo de Trafalgar dada a 21 de Outubro de 1805” (*Bibliotheca Familiar, e Recreativa*, 1837), que tem a particularidade de supostamente ser da autoria de um oficial da marinha português (não identificado) que assistiu ao combate; “Marinha Moderna. Batalha de Trafalgar” (*Archivo Popular*, 1841); “Batalha de Albuera” (*Archivo Popular*, 1841); “Guerra Peninsular. O Primeiro e Segundo Sítios da Praça Tomada em 1812” (*O Jardim Litterario*, 1852); “21 de Junho de 1813” (*O Jardim Litterario*, 1852), sobre a batalha de Vitória.

³¹ [Guerra entre a China e a Inglaterra], *O Panorama*, 1843; “Guerra da Inglaterra contra a China”, *Bibliotheca Familiar, e Recreativa*, 1844; “O Opio no Dicionario Politico”, *O Panorama*, 1855.

³² *A Ilustração Luso-Brazileira* foi um dos jornais que se debruçaram sobre esta guerra, fazendo em 1856 o elogio de alguns ingleses que sobressaíram pelo heroísmo na defesa da praça de Kars, nomeadamente o general Sir William Fenwick Williams (“Sir Williams, Defensor de Kars”), o coronel Sir Henry Atwell Lake e o capitão Henry Langhorne Thompson (1829-1856) (“Recepção do Coronel Lake”) e ainda o tenente-coronel Sir Christopher Charles Teesdale (“O Coronel Lake e o Tenente Coronel Teesdale”).

³³ Sobre esta insurreição surgiram análises e reflexões transcritas de publicações periódicas francesas, como os artigos “A Insurreição da India Ingleza” e “A Insurreição da India”, extraídos pelo



Periodico dos Pobres no Porto respectivamente de *La Presse* e de *La Patrie* e inseridas nos seus números 173 e 226, de 1857.

³⁴ Vejam-se: “Historia dos Partidos em Inglaterra desde o Decimo Sexto Seculo até nossos Dias”, *Revista Estrangeira*, 1837, um artigo traduzido do número de Abril desse mesmo ano da *Revue Britannique*; e, por estarem relacionados, “Origem e Applicação das Palavras Tory e Whig”, *Archivo Popular*, 1839, e “Origem das Palavras Whig e Tory”, *O Panorama*, 1840.

³⁵ Algumas destas notícias são muito completas e informam sobre as origens, número de membros, diferentes classes, vestes, insígnias e divisas das referidas ordens, como “Ordens Militares do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda” (*O Recreio*, 1838), “A Ordem da Liga, Garrotea ou Jarreteira” (*O Panorama*, 1838) e “Ordens Militares de Inglaterra” (*Universo Pittoresco*, 1843-1844). Em *O Nacional* (“Ordem da Jarreteira”, 1858) conta-se a história da Ordem da Jarreteira a propósito do facto de o rei D. Pedro V ter sido recentemente investido nessa ordem de cavalaria inglesa. A notícia inclui ainda uma lista dos portugueses que a ela pertenceram no passado, como D. João I, o Infante D. Henrique e Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches, pelos relevantes serviços prestados à Inglaterra.

³⁶ Grande parte desses artigos foi extraída de publicações francesas e inglesas, algumas delas identificadas. Entre as últimas, contam-se: *Globe*, *Edinburgh Review*, *Illustrated London News*, *London Dispatch*, *Political Observer*, *Political Review*, *Parliamentary Sketches*, *Quarterly Review*, *State Trials* e *Times*.

³⁷ Observámos que ao longo dos anos em estudo os jornais portugueses publicaram alguns artigos de carácter explicativo (quase sempre extraídos de obras ou periódicos franceses) sobre o funcionamento do Parlamento inglês, a composição das suas duas câmaras e os poderes do soberano, havendo, portanto, a preocupação de fornecer aos leitores conhecimentos básicos sobre o poder legislativo britânico.

³⁸ A *Revista Estrangeira* publicou entre Abril e Novembro de 1837 uma série de “Physionomias Parlamentares” e a *Revista Litteraria*, em 1841, fez o retrato de alguns conservadores na rubrica “Caracteres Parlamentares”.

³⁹ Exceptuamos desta lista as revistas publicadas pelo Colégio dos Inglesinhos para circulação interna.

⁴⁰ Exemplos: P.A. Florentino, “Cartas de Londres, Escriptas ao Redactor do Constitucional”, *O Nacional* (Porto), Agosto de 1848; José Félix Henriques Nogueira, “Recordações de Viagem”, *Archivo Pittoresco*, 1 de Julho de 1857-Outubro de 1857; Fernandes Forbes, “Umas Ferias em Inglaterra, França, Allemanha e Belgica”, *O Doze de Agosto*, Dezembro de 1862-Março de 1863.

OBRAS CITADAS

Castanheira, Maria Zulmira. “«O abstruso idioma de Shakespeare e Byron». Para a imagem da língua inglesa na imprensa periódica do Romantismo português”. *Estudos Anglo-Portugueses. Livro de Homenagem a Maria Leonor Machado de Sousa*. Org. de Carlos Ceia, Isabel Lousada e Maria João da Rocha Afonso. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2003. 91-108.

---. “A Ciência Britânica em Notícia na Imprensa Periódica Portuguesa do Romantismo (1836-1865).” *Letras & Ciências. As Duas Culturas de Filipe*



-
- Furtado. Livro de Homenagem*. Organização de Carlos Ceia, Miguel Alarcão e Iolanda Ramos. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009. 479-492.
- . “A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica do Romantismo Português: Imagens Polimórficas”. 4 vols. Dissertação para Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- . “A Grã-Bretanha nos anúncios da imprensa periódica do Romantismo português: “Fieis thermómetros, que marcam a mudança dos costumes.” *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 19 (2010): 205-233.
- . “A Literatura Inglesa na Imprensa Periódica Portuguesa do Romantismo.” *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 17 (2008): 127-254.
- . “Os Precipícios do Génio: Imagens de Byron na Imprensa Periódica do Romantismo Português”. *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Organização de Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, *Studies in Classicism and Romanticism* 1 (2010): 24-41. (Web <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?gry=id03id1304id2302&sum=sim>> e <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7802.pdf>>) ISSN: 1647-676X; ISBN: 978-972-8932-57-2).
- . “Do Trono ao Cadafalso – Anne Boleyn, Lady Jane Grey e Mary Stuart na imprensa periódica portuguesa do Romantismo”. *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*. (Lisboa, 6-8 de Maio de 2001). Lisboa: Centro de Estudos Anglo-Portugueses / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2001. 629-643.
- Charles Dickens em Portugal*. Org. Biblioteca Nacional de Portugal; com. CEAUL-Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa; textos de Alexandra Assis Rosa, João Almeida Flor, Maria Leonor Machado de Sousa; pesquisa e catalogação de Gina Guedes Rafael. Lisboa: BNP/ CEAUL/FCT, 2012.



-
- Flor, João de Almeida. "Byron em Português: Para o Estudo Histórico-Cultural da tradução Literária." *Dedalus. Revista Portuguesa de Literatura Comparada* 5 (1995): 175-184.
- França, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal. Estudos de factos socioculturais*. 2.ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
- Lopes, Maria Alexandra Ambrósio. "Poéticas da Imperfeição. Autores e tradutores na primeira metade de Oitocentos: Walter Scott e André Joaquim Ramalho e Sousa." Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- Pageaux, Daniel-Henri. "De l'imagerie culturelle à l'imaginaire." *Précis de Littérature Comparée*. Dir. Pierre Brunel et Yves Chevrel. Paris: P.U.F., 1989. 133-161.
- Pires, Maria Laura Bettencourt. *Walter Scott e o Romantismo Português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1979.
- Queirós, Eça de. *Echos de Pariz*. Porto: Livraria Chardron, 1905.
- Silva, Jorge Bastos da. *Shakespeare no Romantismo Português. Factos, problemas, interpretações*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- Sousa, Maria Leonor Machado de. "Charles Dickens em Portugal." *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 8 (1999): 81-120.
- . "'Tempting Demon': The Portuguese Byron". *The Reception of Byron in Europe. Vol. I: Southern Europe, France and Romania*. Edited by Richard A. Cardwell. London/New York: Thoemmes Continuum, 2004. 164-187.
- Torgal, Luís Reis e Isabel Nobre Vargues. "Produção e reprodução cultural". *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Quinto volume. *O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. 685-696.
- Williams, Raymond. *Culture*. Third impression. Glasgow: Fontana Press, 1986.